

## Papaléo cobra aplicação de recursos

Papaléo Paes lamenta que nos primeiros nove meses do ano governo tenha utilizado apenas 12,2% das dotações orçamentárias previstas.

Página 8

## César Borges quer reabrir CPI do Waldomiro

Senador anuncia que vai assinar requerimento para instalação de CPI sobre o caso. E justifica comportamento dizendo estar orientado por "convicções pessoais".

Página 7

## Alvaro Dias pede urgência para reforma política

Senador elogia o sistema eleitoral, mas ressalta que, se a reforma política não deslanchar no Congresso, será feita pelo povo, por meio do voto.

Página 6

## Sibá relata prisões em Boca do Acre

Encarregado de ouvir envolvidos no episódio que resultou na anulação das eleições, Sibá Machado diz que houve excessos e prisões arbitrárias na cidade.

Página 7



**AUDIÊNCIA** Presidente da CPMI do Desmanche, Romeu Tuma (ao microfone) concorda com a adoção de novas regras para coibir ação do crime organizado

# Debate: luta contra roubo de carros exige novas leis

Representantes dos Detrans sugerem proibição do comércio de peças usadas e prensagem de veículos acidentados que tenham sofrido "perda total"

Página 3



## Mercadante: reforma da Justiça será votada logo

A reforma do Judiciário pode ter sua votação concluída na próxima semana, segundo o líder do governo, Aloizio Mercadante (em pé, no centro da foto). Ele disse que acordo em andamento deve garantir o exame das medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário.

Página 5

## Jucá apóia campanha por menos impostos

O Brasil precisa de um modelo tributário simples e fácil de ser fiscalizado. Quem pensa assim é Romero Jucá, que anunciou apoio à campanha da CNI.

Página 5

## Azeredo oferece solidariedade ao esforço das Apaes

Conforme Eduardo Azeredo, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais completam 50 anos enfrentando "discriminação e desrespeito".

Página 8



**PARCERIA** Jiang Yuande fala sobre relacionamento Brasil-China em debate na TV Senado

## China aposta nas PPPs, revela embaixador

Empresários chineses aguardam apenas a aprovação do projeto das parcerias público-privadas (PPPs) para realizar investimentos no aperfeiçoamento da infra-estrutura brasileira, especialmente no que diz respeito a ferrovias e portos. A disposição foi revelada pelo embaixador da China em Brasília, Jiang Yuande, durante entrevista concedida ao programa *Diplomacia*, da TV Senado, que irá ao ar amanhã, às 11h30, com repetição no domingo, às 9h.

Durante a entrevista, Yuande revelou ainda que o governo de seu país vê com "simpatia" o pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Participa também do programa o professor Lytton Guimarães, coordenador do Núcleo de Estudos Asiáticos da Universidade de Brasília (UnB). Dedicado ao debate de temas internacionais da atualidade, o programa *Diplomacia* é apresentado pelos jornalistas Vinicius Becker e Marcos Magalhães.

# Sarney diz que retomada das votações depende dos líderes

■ Presidente do Senado afirma que a atual obstrução não é de natureza técnica, mas sim política

Somente uma articulação política envolvendo todas as lideranças partidárias poderá garantir a retomada das votações no Congresso Nacional a partir da próxima semana, disse ontem, em entrevista, o presidente do Senado Federal, José Sarney.

– Isto não depende do presidente da Câmara dos Deputados nem do Senado, depende de um entendimento político

– afirmou Sarney.

O senador observou que "a obstrução que está ocorrendo não é de natureza técnica, sobre projetos, mas sim de natureza política", o que torna necessária, segundo assinalou, uma conversa com os líderes partidários visando limpar a pauta das duas Casas do Legislativo.

### Reajuste

Sarney desmentiu qualquer articulação com o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, com o objetivo de estender aos parlamentares o aumento dos vencimentos em estudo para os servidores das duas Casas.

Reiterou que as Mesas não



**REAJUSTE** José Sarney desmentiu, em entrevista, qualquer articulação para estender aumento dos servidores do Congresso aos parlamentares

teriam competência para isso, pois proventos de parlamentares e funcionários são diferenciados. Ele confirmou apenas que está trabalhando no senti-

do de promover o reajuste dos servidores do Congresso Nacional, da mesma maneira como foi feito o dos funcionários do Executivo.

## Senador não vê crise com substituição

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que não vê instabilidade política com a substituição do ministro da Defesa, José Viegas Filho, pelo vice-presidente José Alencar. Sarney disse que Alencar é uma pessoa de grandes credenciais para assumir o cargo e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve ter levado isso em conta.

Sarney lembrou que o chefe de Estado tem competência constitucional para escolher, de livre vontade, os ministros. Os jornalistas insistiram em perguntar sobre eventual crise política nessa mudança.

– Eu acho que hoje os militares estão dedicados à sua profissionalização, não têm sofrido nenhuma influência política, nem interferência de qualquer espécie – disse o presidente do Senado.

Sarney também foi indagado sobre a sinalização que o presidente Lula estaria dando com essa substituição. Ele respondeu que o chefe do Executivo está manifestando o entendimento de que deseja que o Ministério da Defesa seja ocupado por seu companheiro de chapa, que divide com ele as responsabilidades da Presidência da República.

Quando lhe indagaram se o governo está antecipando uma reforma ministerial, Sarney respondeu não ter conhecimento dessa mudança.

## Agenda

### Sessão não deliberativa às 9h

O Plenário realiza hoje, às 9h, sessão não deliberativa. Sem a votação de propostas, ela se destina a pronunciamentos de parlamentares, comunicados da Mesa

diretora e leitura de projetos que chegam à Casa. A sessão pode ser acompanhada ao vivo pela Rádio e pela TV Senado.

### Videoconferência discute participação da mulher

A Comissão Especial do Ano da Mulher promove na próxima terça, às 15h, videoconferência para analisar a participação feminina nas eleições municipais deste ano. O evento, no auditório do Interlegis, vai contar com presença da secretária especial de Políticas para as Mulheres, ministra Nilcéa Freire; da professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Lúcia Avelar; e de representantes do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).



### Machado de Assis na Rádio

A Rádio Senado apresenta hoje, às 9h, a terceira edição de *Prosa e Verso*. No programa, os atores Marco Antunes e Tuka Villa-Lobos comentam e interpretam um apólogo de Machado de Assis.

### China em debate na TV

O *Diplomacia*, programa da TV Senado sobre temas relevantes do contexto geopolítico, tem como convidado o embaixador da China, Jiang Yuande. O programa vai ao ar amanhã, às 11h30.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## CAS vai debater pesquisa sobre saúde do brasileiro

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) solicitando realização de audiência pública na Subcomissão Temporária de Saúde, vinculada ao colegiado, para debater os resultados brasileiros da Pesquisa Mundial de Saúde, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A data ainda será marcada.

A pesquisa, conforme informou Papaléo, foi realizada no ano passado em 5 mil domicílios de todas as regiões do país e mostra um retrato da percepção das condições de saúde por parte da população brasileira.

A pesquisa avalia também os serviços e ações de saúde desenvolvidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelos planos de saúde.

Deverão comparecer à reunião a coordenadora nacional da pesquisa, Célia Landmann; o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner de Souza Campos; o represen-

tante no Brasil da Organização Pan-Americana de Saúde, Horácio Toro, e o pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz Francisco Viacava.

### Medicamentos

Na mesma reunião, os membros da CAS rejeitaram projeto de lei de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) que regulamentava as atividades de toda a cadeia produtiva de medicamentos para uso humano ou veterinário, bem como de qualquer material destinado à utilização em odontologia, com a finalidade de combater a falsificação.

Para o relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o conteúdo do projeto (PLC 18/03) já é disciplinado na lei que trata do controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos.

O projeto, que será arquivado, abrangia a regulamentação desde a produção e comercialização de insumos até a fabricação, acondicionamento e embalagem de medicamentos.



**SUGESTÕES** O relator Hidekazu Takayama discursa ao lado do presidente da CPMI, Romeu Tuma (C), e de convidados

## Tuma quer leis eficientes para ladrões de carros

**Senador, que é presidente da CPMI do Desmanche, recolhe sugestões dos Detrans estaduais**

A proibição do comércio de peças usadas e a prensagem de veículos acidentados, classificados pelas companhias de seguro como “perda total”, foram algumas das sugestões apresentadas pelos representantes dos departamentos de trânsito (Detrans) para coibir o crime organizado que atua no roubo e furto de veículos no país. As autoridades estaduais de trânsito reuniram-se no auditório do Interlegis, a convite do presidente e do relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investiga a indústria do desmanche de veículos, respectivamente o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e o deputado Hidekazu Takayama (PMDB-PR), para participar

do primeiro dia do simpósio que debate esse problema.

Tuma defende a elaboração de proposições legislativas, pela CPMI, que reprimam com eficácia os crimes relacionados aos roubos de carros. O presidente da Associação Nacional dos Detrans, Carlos Ubiratan dos Santos, chegou a apresentar como “solução radical” a proibição da comercialização de peças usadas. Ele avaliou que uma decisão desse tipo diminuiria significativamente o roubo de automóveis no país. Em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, continuou Santos, essa prática é combatida prensando os veículos sinistrados e vendendo a sucata para a siderurgia.

Os representantes de Detrans também sugeriram que uma lei considere crime o comércio clandestino de peças usadas com número raspado ou adulterado. E defenderam a gravação dos números de série nas partes estruturais dos

veículos em alto relevo, e não em baixo relevo, o que tornaria mais difícil a falsificação ou a fraude. O deputado Hidekazu Takayama relator da CPMI, disse que vai propor a marcação em alto relevo e também o cadastramento obrigatório das oficinas especializadas em desmanche de veículos acidentados.

Os representantes das seguradoras condenaram a destruição dos veículos classificados como “perda total”, pois muitas vezes o carro tem partes aproveitáveis.

Santos quer ainda uma legislação federal que padronize a comercialização de peças usadas e uma resolução do Contran para classificação dos danos, definindo o que poderá ser considerado como perda total. O senador Romeu Tuma afirmou que irá solicitar que a polícia faça essa avaliação, defendendo a capacitação do seu pessoal e melhoria no aparelhamento.



**AValiação** CAS realizará audiência para discutir resultados da mostra elaborada pela Fundação Oswaldo Cruz e Organização Mundial da Saúde

## Prisão perpétua será mesmo arquivada

O dispositivo constitucional que veda a possibilidade de exame de projeto destinado a abolir os direitos e garantias individuais foi destacado pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO) no voto pela manutenção do arquivamento da emenda constitucional destinada a instituir no país a prisão perpétua. O voto foi acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que não aceitou o recurso apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para manter a proposta em tramitação.

O presidente do Senado, José Sarney, já havia decidido em Plenário pelo arquivamento da

Proposta de Emenda à Constituição 22/03, de Suassuna, que pretendia excluir da Constituição a proibição para que se delibere a respeito do tema. Sarney observou que, segundo o inciso IV do parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição, “não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais”.

No recurso apresentado à CCJ, Suassuna defendeu a mudança no texto sob o argumento de que essa seria “uma resposta concreta” aos criminosos, “dizendo-lhes que serão excluídos de modo permanente do convívio social”.

## Comissão vai a São Paulo tomar depoimentos

O senador Romeu Tuma reconheceu a impossibilidade de se acabar com o mercado do desmanche no país, que tem estimulado o roubo de carros. Mas afirmou que normas legais que inibam práticas criminosas poderão ser adotadas. E anunciou que irá fazer novas audiências públicas antes de finalizar os trabalhos da comissão, em 15 de dezembro deste ano.

Ainda este mês, o senador e o relator da comissão, deputado Hidekazu Takayama, irão ouvir em São Paulo cerca de 15 pessoas, desde o delegado, que cedeu para uso de sua

família carros apreendidos no pátio do Detran, até pessoas lesadas por seguradoras. Tuma quer realizar audiência específica para ouvir as seguradoras.

De acordo com o senador, esse simpósio com os departamentos de trânsito (Detrans) estaduais dará importante contribuição para o relatório final da comissão, que irá incorporar várias das suas sugestões.

O presidente do Conselho Nacional de Trânsito, Ailton Brasiliense Pires, que fez palestra durante o evento, informou que o governo federal deverá lançar documento sobre a nova

Política Nacional de Trânsito, em 22 de janeiro de 2005. Ele disse ainda que estão sendo realizados seminários em todos os estados para enriquecer o documento.

O governo, segundo Pires, também está implementando projeto piloto em alguns estados para testar um sistema que permite identificação imediata de veículos pela leitura ótica da placa. Com isso, será possível saber se o automóvel é ou não roubado e se está em condições de circular. A medida, continuou, deve contribuir para diminuir o roubo e os furtos de carros.

# Roseana apóia fórmula para compensar estados

Senadora apresentou relatório sobre MP que eleva repasses a estados e municípios exportadores

O Plenário assistiu ontem à leitura do relatório da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) sobre a medida provisória que eleva a compensação financeira paga pela União aos estados e municípios por perdas decorrentes da reforma tributária. A leitura foi necessária para que não expirasse o prazo de apreciação da MP, que deve ser votada na próxima semana. Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Luiz Otávio (PMDB-PA) lembram que não há ainda acordo para votar o texto.

A reforma tributária, aprovada há um ano, desonerou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços



**INCLUSÃO** Mudança de critério impede que apenas os ricos sejam beneficiados, ressalta Roseana

(ICMS) os produtos primários e semi-elaborados destinados à exportação. Pelo acordo que permitiu a mudança, a União deve elevar a compensação aos estados de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 4,3 bilhões – é sobre esse aumento de R\$ 900 milhões, já aprovado na Câmara, que o Senado deve deliberar.

A MP estabelece critérios para os repasses a cada estado

e a seus municípios, de acordo com coeficientes de participação. Os maiores beneficiados são os estados exportadores de matéria-prima, como o Pará, que receberá 13,9% dos recursos. O texto determina ainda que se descontem dívidas dos estados com o Tesouro ou com a garantia da União.

Roseana frisou o papel desempenhado pelo presidente do Senado, José Sarney, na modificação da fórmula inicial da compensação, que, segundo ela, beneficiava somente os estados mais ricos.

– Com a nova fórmula, o Maranhão deverá receber neste ano, além dos R\$ 48,5 milhões de repasses da Lei Kandir, mais R\$ 39,2 milhões, pois seu índice de participação, com o novo critério de esforço exportador, foi aumentado para 4,35% – disse a relatora, louvando ainda o empenho dos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Ana Júlia Carepa (PT-PA).

## Heráclito condena MP sobre bloqueio a programas de TV

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu a retirada do projeto de lei de conversão da medida provisória, aprovada na Câmara dos Deputados, que obriga os fabricantes de televisores a instalarem dispositivos que permitem o bloqueio de programação indesejada. O problema, salientado pelo senador, é que o governo aproveitou a medida – “um clamor da sociedade” – para incluir dispositivos que podem dar margem à censura prévia de programas de televisão.

– Um dos problemas está no artigo 3º, mantido pelos deputados, que estabelece que “competirá ao Poder Executivo proceder à classificação indicativa dos programas de televisão, por faixa etária”. A falta de clareza abre brecha para que se torne impositiva a classificação de programas e pode dar margem à censura prévia, já que o segundo parágrafo do mesmo artigo diz que o conteúdo da programação deverá ser informado previamente – explicou.



**DECISÃO** Heráclito pede retirada do projeto por entender que o texto pode dar margem à censura prévia

O senador relatou que as redes de televisão avaliam que o texto é perigoso porque não estabelece limites e diretrizes ao novo regulamento. Heráclito alertou ainda para o fato de que o texto permitiria a regulamentação da nova lei por decreto.

## Tuma defende controle sobre televisão

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) alertou o Plenário para a necessidade de aprovar o projeto de lei de conversão elaborado pelos parlamentares sobre a medida provisória (MP 195/04) que obriga os fabricantes de televisores a instalarem dispositivo para bloqueio temporário da recepção de programação inadequada. A MP está incluída na ordem do dia e não foi votada ontem por falta de acordo dos líderes.

O parlamentar disse esperar que a proposta seja votada e aprovada até a próxima semana. A proposição determina que aparelhos de televisão comercializados no mercado interno deverão possuir um chip que permita ao usuário bloquear previamente a recepção de programas de qualidade duvidosa ou inadequados, considerados perniciosos à educação de crianças e menores, levados ao ar pelas concessionárias

dos serviços de radiodifusão de sons e imagens.

O projeto de conversão veda a comercialização de aparelhos de TV que não possuam o dispositivo e prevê a aplicação de multa de até 30% do valor de cada televisão comercializada aos infratores. Estabelece também a data de 31 de outubro de 2006 como prazo máximo para que os fabricantes coloquem os aparelhos modificados no mercado.



**INTERAÇÃO** Josias Wanzeller, artista plástico e funcionário do Senado Federal, encanta estudantes do colégio neo-humanista Ananda Marga, em Porto Alegre

## Espetáculo de mamulengo vai a escolas e hospital

Os alunos da escola neo-humanista Ananda Marga, localizada na Restinga Nova, em Porto Alegre, tiveram uma manhã diferente ontem. Acostumados a vivências e sessões de meditação e yoga – atividades ministradas junto ao currículo tradicional do Ministério da Educação –, eles vibraram ao interagir com o espetáculo de mamulengo levado pelo Senado *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*.

O artista plástico e funcionário da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado Josias Wanzeller apresentou seus bonecos na quadra do colégio, que tem 250 alunos matriculados no

ensino fundamental.

*O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*, escrito pelo próprio Josias, é um espetáculo que alia a diversão a mensagens educativas e conceitos como não-violência, preservação da natureza e paz. O artista, natural do DF, começou a trabalhar com fantoches em 1996.

O teatro de bonecos também foi apresentado ontem na Escola Municipal Infantil Paulo Freire, em Porto Alegre, que tem 142 crianças matriculadas na educação infantil.

No início da semana, o espetáculo foi levado aos pequenos pacientes do Hospital da Criança Santo Antonio, da Santa Casa de Porto Alegre.

## Senado lança duas obras na feira de Porto Alegre

*Diário da Minha Viagem para Filadélfia (1798-1799)*, de autoria de Hipólito da Costa Pereira, e *Os Muckers*, do padre Ambrósio Schupp, são os mais recentes livros editados pelo Conselho Editorial do Senado. As duas obras serão lançadas hoje, às 18h, no estande do Senado instalado na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre. Os senadores gaúchos Paulo Paim (PT), Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB) deverão autografar exemplares.

*Diário* é a primeira obra sobre os Estados Unidos escrita a partir do ponto de vista de um observador do Brasil. Descendente de portugueses, Hipólito da Costa nasceu na Colônia do Sacramento, atual Uruguai, mas foi criado no território do Rio Grande do Sul. A obra vai além de observações sobre a

natureza e a agricultura.

O autor também comenta as religiões professadas em território americano, os hábitos e características da população, e trata de questões econômicas e monetárias. Suas anotações compreendem o período de outubro de 1798 a dezembro do ano seguinte. O livro foi publicado originalmente em 1955, pela Academia Brasileira de Letras.

*Os Muckers*, escrito ainda no fim do século 19, é considerado a principal referência bibliográfica sobre o episódio religioso-militar ocorrido nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Ele apresenta uma versão detalhada dos fatos que culminaram com a morte da líder religiosa Jacobina Mentz Maurer, que se considerava a reencarnação de Jesus Cristo.

## Luiz Otávio cobra conclusão de hospital da Rede Sarah

Roosevelt Pinheiro



A imediata liberação das verbas necessárias à conclusão das obras do Hospital Sarah Kubitschek em Belém foi defendida, em discurso, pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Segundo ele, é urgente a necessidade de as esferas federal, estadual e municipal unirem esforços com esse objetivo, já que se trata de empreendimento de grande interesse para a população de todo o estado.

Luiz Otávio pediu o empenho de toda a bancada do Pará no Congresso pela liberação dos recursos, lembrando que a primeira fase da construção do hospital foi concluída em 2002, com a finalização dos blocos administrativo, ambulatorial e de diagnóstico. Desde então, o ritmo das obras diminuiu, por dificuldades na liberação de recursos por parte do Ministério do Planejamento, destacou.

Para o senador, é irrisório o impacto orçamentário da conclusão da unidade Sarah em Belém, quando comparado com o alcance social que terá o hospital, não somente para os habitantes da cidade como também para a população

**RELEVÂNCIA** Luiz Otávio lembra a importância do empreendimento para a população do Pará

amazônica, obrigada a deslocar-se até São Luís ou Fortaleza, onde há as unidades mais próximas da Rede.

Ele louvou a excelência da Rede Sarah de Hospitais para o tratamento de enfermidades do aparelho locomotor, bem como de doenças graves como paralisia cerebral, traumatismo craniano, acidente vascular cerebral, lesão medular e doenças neuromotoras em geral.

– Quando falamos dessas enfermidades, o primeiro nome que nos vem à cabeça é o da Rede Sarah, onde a excelência dos serviços encontra-se à disposição tanto do rico quanto do cidadão mais carente. Por todos esses motivos, a implantação de novas unidades é tão importante, justificando o empenho de todos os paraenses para a imediata conclusão da unidade de Belém – concluiu.

o senador.

Para o parlamentar, a importância dos tradutores e do ofício a que se dedicam não é devidamente reconhecida pela população, exceto quando o leitor é também tradutor.

– Ocorre um fenômeno interessante: quanto melhor a tradução, tanto mais escurita e fluida é a leitura, e menor, portanto, a probabilidade de nos lembrarmos de que estamos diante de uma tradução, tal o nosso envolvimento com o texto. Eis a meta e o desejo do grande tradutor: o de passar despercebido, o de fazer o leitor se esquecer de que está lendo um texto escrito, originalmente, em outra língua – observou Valmir Amaral.

A tradução, avaliou ainda o senador pelo Distrito Federal, é, ao mesmo tempo, uma arte e um ofício, sendo uma das atividades definidoras da civilização e do mundo moderno.

– É a ponte que liga as culturas umas às outras e difunde o conhecimento, democraticamente, a todos os povos – assinalou.



**ATUAÇÃO** Valmir Amaral lamenta que o trabalho da categoria não seja devidamente reconhecido

## Valmir Amaral destaca a importância dos tradutores

Valmir Amaral (PMDB-DF) homenageou os tradutores pelo transcurso do seu dia, comemorado em 30 de setembro. A data faz referência ao dia da morte de São Jerônimo, o padroeiro dos tradutores, que, além de traduzir, também corrigiu os salmos da Bíblia, disse

# Reforma da Justiça será votada, diz Mercadante

■ Líder do governo anuncia negociação de acordo de lideranças para desobstruir a pauta da Casa

A reforma do Judiciário pode ter sua votação concluída pelo Senado na próxima semana, com o exame dos destaques, Foi o que afirmou ontem, à imprensa, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele informou que acordo em negociação também deverá garantir a votação das medidas provisórias que vêm obstruindo a pauta da Casa.

– Está tudo muito bem encaminhado. Conversei com todos os líderes partidários e a expectativa é a de votarmos na próxima terça-feira as três me-

Márcia Kallume



**INVESTIMENTO** Aloizio Mercadante informa que CAE realizará na próxima semana última audiência sobre as PPPs

didas provisórias. Já estamos bem avançados na negociação do mérito, há somente pequenos ajustes a serem feitos.

Segundo Mercadante, se a pauta for liberada, já na sessão de quarta-feira o Plenário do

Senado terá condições de concluir o primeiro turno de votação da reforma do Judiciário. Conforme o senador, os líderes concordam com esse encaminhamento. "Foi um longo trabalho que o Senado fez e há um consenso em torno da reforma do Judiciário", salientou.

Mercadante destacou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará, também na próxima semana, a última audiência pública sobre as parcerias público-privadas (PPPs).

Com isso, explicou, o projeto que estabelece as PPPs poderá ser votado na CAE e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Mercadante espera que a matéria chegue em breve ao Plenário.

## Jucá apóia campanha da CNI por redução de tributos

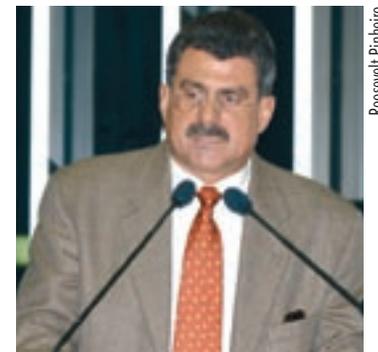
O senador Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou ontem seu apoio à campanha da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em prol do crescimento econômico com diminuição de impostos. Segundo o parlamentar, o país precisa de um modelo tributário simples e fácil de ser fiscalizado, se quiser entrar numa fase de desenvolvimento sustentável.

– A reforma tributária feita pelo Senado, que diminui, em tese, alguns tributos, está parada na Câmara dos Deputados.

Jucá pediu o registro nos

Anais do Senado da carta que recebeu do presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, e da cartilha da campanha, intitulada "Ação Nacional por um Sistema Tributário Pró-Crescimento". A publicação contém amostra do material publicitário a ser veiculado ou distribuído pela confederação, e as sugestões de ações na área de propaganda a serem empreendidas pelos industriais.

"A CNI tomou a iniciativa de recolocar no debate nacional, como questão prioritária, as discussões sobre a reforma tri-



Roosevelt Pinheiro

**SOLUÇÃO** Para Romero Jucá, país precisa de modelo tributário simples e de fácil fiscalização

butária", diz Monteiro na carta a Jucá. "A idéia é que não apenas os setores produtivos, mas toda a sociedade seja sensibilizada para a necessidade de revisão do sistema tributário", completa o presidente da CNI.

## Mozarildo alerta para entraves à economia

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) manifestou satisfação diante de números recentes que mostram uma retomada do crescimento econômico. A seu ver, se os dados continuarem a ser positivos nos próximos meses, estará configurada uma tendência sustentada de recuperação econômica, que "é tudo o que os brasileiros mais desejam".

Mozarildo alertou, no entanto, para alguns "gargalos" que podem frear esse desenvolvimento. O primeiro deles é a situação precária da infraestrutura de transportes, portos e armazenagem. Ele

Roosevelt Pinheiro



**GARGALOS** Mozarildo Cavalcanti aponta imposições da burocracia como obstáculo ao crescimento

citou levantamento da empresa Bunge Brasil que estimou em US\$ 2,5 bilhões as perdas do agronegócio brasileiro no cor-

rente ano devido aos entraves às exportações em estradas e portos.

Para o senador, um dos maiores obstáculos à retomada do crescimento em condições de sustentabilidade é institucional, como os entraves burocráticos à abertura de empresas. Ele observou que no Brasil são necessários 152 dias para que um investidor consiga abrir seu negócio. Ele citou entrevista do ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, à revista *Exame*, segundo a qual o custo brasileiro pelo excesso de burocracia é de US\$ 25 bilhões anuais.



**TESTEMUNHO** Fátima Cleide afirma que relato de profissional da imprensa deve ser levado a sério

## Senadora lê carta de jornalista que critica sistema penitenciário

Depois de cumprir 35 dias de pena na Casa do Albergado de Vilhena, em Rondônia, o jornalista Mário Quevedo Neto, de 39 anos, encaminhou ao Ministério Público de Rondônia, ao governo do estado, ao Poder Judiciário e à senadora Fátima Cleide (PT-RO) um relato das ilegalidades que são cometidas dentro daquela instituição. Condenado à prisão aberta por

ter cometido injúria, Quevedo faz em seu documento críticas contundentes à direção da Casa do Albergado.

“Se o local que conheci funciona da forma que testemunhei, posso garantir que o sistema só cria ódio, ressentimento e revolta naqueles que têm o azar de ser tragados por ele”, afirma o jornalista. “Com certeza, não sou o mesmo homem.

Mudei para pior, cortesia do poder público de Rondônia.”

Para a senadora, o testemunho deve ser considerado, sobretudo por vir da lavra de um cidadão que admitiu publicamente seu erro, cometido em razão do exercício profissional, e pelo qual quis pagar. Daí não ter recorrido a outras instâncias legais, dando por encerrado o processo com a confirmação

de sentença em 2003.

– Mário se preparou para pagar sua dívida para com a sociedade, de forma digna, legal e serena. Não foi o que aconteceu. Sua consciência e disposição para pagar o erro transformaram-se em dor e revolta causadas pelas injustiças e ilegalidades encontradas na Casa do Albergado de Vilhena – assinalou a senadora.

### Tourinho: Conta Investimento ajuda poupança

A instituição da Conta Investimento, a partir de 1º de outubro, que autorizou a isenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) sobre as aplicações dos correntistas depositadas nessa conta, deve incentivar o crescimento da poupança interna nacional, na avaliação do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que foi o relator da Medida Provisória 179/04, que tratou da matéria.

– Apenas a primeira saída da conta corrente continuará a ser tributada. Na sistemática anterior, a qualquer alteração na conta o imposto era cobrado – disse. Ele esclareceu que, mesmo que haja reaplicações sucessivas, não haverá cobrança de CPMF. Essa isenção também vale para o retorno do dinheiro à conta de depósitos.

As mudanças previstas na Lei 10.892 deste ano, que teve como origem a MP 179, também aperfeiçoam, na visão de Tourinho, a arrecadação de alguns tributos incidentes nessas operações.

O senador afirmou que a lei agravou as multas de ofício aplicáveis nos casos de não recolhimento da CPMF e alterou o sistema de cobrança do Imposto de Renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.



**VANTAGEM** Tourinho explica que haverá cobrança do imposto apenas na primeira retirada

## Alvaro analisa "lição das urnas" e critica gasto do PT

■ Senador considera o sistema eleitoral brasileiro vitorioso, mas defende a reforma política

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) fez ontem uma análise do que chamou de “lição das urnas”, afirmando que o sistema eleitoral brasileiro é vitorioso, mas que é preciso, ainda, fazer a reforma política.

– Se não fizermos a reforma política, o povo, através do voto, a faz – afirmou. Para o senador, as eleições municipais também revelaram dois partidos fortes: “o PT, que significa o continuísmo em 2006, e o PSDB, a opção inteligente de mudança”.

– Eleger 411 prefeitos é um resultado pífio num cenário de mais de 5.500 municípios. Houve um julgamento e uma condenação ao comportamento do governo petista – declarou.

A eleição no Paraná também



**RESULTADO** Para Alvaro, as eleições revelaram que o PSDB é a “opção inteligente de mudança”

foi analisada pelo senador, que destacou a vitória de Beto Richa em Curitiba.

– As maquinações da hora não produziram efeito positivo e venceu Beto Richa, que não foi candidato de nenhuma administração. Ele extrapolou minha expectativa pela maturidade política que mostrou – ressaltou.

Alvaro Dias afirmou que foi assustador ver a campanha milionária do PT.

– Na última semana, foi um grande artista por dia. É impossível uma campanha razoavelmente honesta ter esse montante de gastos. Usaram a Itaipu Binacional, que não concorre com ninguém no mercado, contratando três agências de publicidade e patrocinando um programa de televisão, apresentado por um deputado que renunciou em favor de um candidato do PT em Ponta Grossa – frisou.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) cumprimentou o PSDB pela vitória na eleições e disse que a democracia deve render homenagem à “resistência parlamentar” comandada pelo líder do partido, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Arthur Virgílio relatou que, junto com sua família, sofreu agressões dos petistas quando esteve em Curitiba durante a campanha eleitoral. Ele destacou que o PT abriu mão do tradicional vermelho e plagiou as cores do PSDB.



**MUDANÇA** Teotônio vê tendência de migração para dois partidos que serão pólos de atração: PT e PSDB

e PFL sofreram reveses nas urnas, apesar de o primeiro ter conseguido fazer mais de mil prefeituras. Ele lembra que a maior parte das vitórias desses dois partidos aconteceu em municípios pequenos.

### Teotônio pede reforma que garanta fidelidade partidária

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) defendeu a necessidade urgente da realização de uma reforma política que promova a fidelidade partidária. O senador afirmou que, depois das eleições municipais, as forças políticas se polarizaram entre oposição e situação – respectivamente o PSDB e o PT. Com a aproximação das eleições presidenciais de 2006, observou, tende a haver um intenso processo de migração para esses partidos, que representam os pólos principais de atração.

Na opinião do senador, a migração de nomes para as legendas mais fortes equivale à confissão da falência do sistema partidário e de todo o sistema político atual. Teotônio acredita que o país clama por uma “urgente e inadiável reforma política”. O senador acha que os candidatos, uma vez eleitos, se sentem descomprometidos com seus partidos. A reforma política, observou, deve estabelecer padrões mínimos de fidelidade partidária e programática.

Teotônio analisou que PMDB



**URGÊNCIA** Paim quer resgatar “dívida histórica com população afro-descendente”

### Paim defende aprovação de estatutos

O senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo à apreciação dos projetos do Estatuto dos Portadores de Necessidades Especiais e do Estatuto da Igualdade Racial. Enquanto a primeira proposição aguarda o exame do substitutivo do senador Flávio Arns (PT-PR), a outra foi alvo de abaixo-assinado do grupo baiano Olodum, que escolheu novembro, mês da luta contra o preconceito racial, para exigir do Congresso a aprovação de medidas que possam resgatar “uma dívida histórica com a população afro-descendente”.

– Espero que o projeto do Estatuto dos Portadores de Necessidades Especiais seja, enfim, apreciado no Senado – disse.

Em relação ao Estatuto da Igualdade Racial, Paim afirmou que “já é hora de reparar a injustiça que se perpetua contra o povo negro”.

O senador petista informou que o movimento negro já está organizando para novembro de 2005, em Brasília, a Marcha Zumbi +10, inspirada na marcha de Martin Luther King, em Washington. A marcha deve reunir 150 mil pessoas para exigir a sanção do Estatuto da Igualdade Racial, afirmou.



**TUCANOS** Pavan ressalta que seu partido vai governar 82 milhões de pessoas nos municípios brasileiros

## Pavan: vitória nas últimas eleições é do PSDB, não do PT

Em oposição a afirmações da base governista de que o PT foi o partido mais votado nas eleições municipais deste ano, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse ontem que seu partido é que foi vitorioso. Escolhido para coordenar a campanha das 150 maiores cidades do Brasil, o parlamentar

## Para senadora, há descaso no combate ao trabalho infantil

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o governo federal por ter deixado de combater o trabalho infantil no país. A posição da senadora foi adotada com base na reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada no último dia 27, informando que o governo acabou com os Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente, criados na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Lúcia Vânia afirmou que, com a decisão, o governo favorece o retorno de crianças e adolescentes às condições mais desumanas e degradantes de trabalho. Um dos exemplos de local onde os grupos especiais atuaram contra o trabalho infantil foram as carvoarias de

destacou que, a partir de janeiro, por meio de prefeitos e vice-prefeitos, o PSDB vai governar mais de 82 milhões de pessoas. Pavan ressaltou que o partido disputou em 1.920 dos 5.562 municípios, obteve quase 15,8 milhões de votos e consolidou sua posição no quadro político nacional.

Para o senador, esse resultado ficou 16,4% acima das eleições de 2000 e é o dobro do registrado em 1996. No primeiro turno, afirmou Pavan, já havia 862 prefeitos tucanos aprovados pelo voto popular, um índice de sucesso de 45% das candidaturas. Em contrapartida, o PT, nas 1.946 cidades em que disputou as prefeituras, saiu-se vitorioso em apenas 400 delas, um índice de sucesso de 20,55%, comparou.

Em Santa Catarina, enfatizou, o PSDB tornou-se o maior partido, já que vai administrar 27 cidades, totalizando 26,39% da população catarinense. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) felicitou Pavan pelas vitórias obtidas.



**DENÚNCIA** Lúcia Vânia: Executivo acabou com grupos atuantes na fiscalização do aliciamento infantil

Mato Grosso do Sul.

– Vale ressaltar que o alcance social do programa foi tão grande que acabou por se tornar merecedor de prêmios por parte do Unicef e Unesco (Fundo das Nações Unidas para a Infância e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

Lúcia Vânia disse esperar que o governo tome alguma atitude em relação à situação, além de apenas apresentar pedidos de desculpas e realizar investigações tardias.

# César Borges diz que vai assinar CPI do Waldomiro

■ Senador afirma que Controladoria não está empenhada em investigar denúncias contra o ex-assessor

O senador César Borges (PFL-BA) anunciou ontem sua decisão de assinar o requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o caso Waldomiro Diniz. Ele afastou a hipótese de vingança e explicou que seu comportamento é orientado por convicções pessoais, pelo compromisso com a população da Bahia e pela posição do seu partido.

No início deste ano, gravações feitas pelo empresário de jogos de azar Carlinhos Cachoeira e divulgadas pela revista *Época* acabaram levando o assessor para Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, a pedir exoneração do cargo. Pelas gravações, em 2002, ano eleitoral, o assessor pediu propina ao empresário.



**POSTURA** Congresso deve apurar casos não resolvidos pelos órgãos competentes, segundo César Borges

– Não se trata de qualquer tipo de retaliação ou vingança contra o governo pela interferência ilegal e indevida nas eleições municipais, como já denunciei desta tribuna.

Na opinião de César Borges, o governo nunca esteve interessado em investigar o caso Waldomiro. Para ele, o chefe da Controladoria Geral da União (CGU), Waldir Pires, em vez de agir nesse caso, “continuou desperdiçando recursos públicos escassos para perseguir

seus adversários políticos”. O senador indagou onde estava a Controladoria quando a Rede Globo denunciou outros casos graves envolvendo o uso ilegal de dinheiro público.

No caso Waldomiro Diniz, César Borges disse que, apesar das manifestações favoráveis de vários pefelistas à instalação da CPI, por uma questão de convicção pessoal, decidiu inicialmente não apoiar a comissão de inquérito. Ele considera a criação de CPIs uma medida extrema, que deve ser utilizada apenas quando os órgãos competentes para apurar ilegalidades não estiverem conseguindo avançar satisfatoriamente nas investigações.

De acordo com César Borges, naquela ocasião, muitos integrantes da bancada governista declararam categoricamente que o episódio seria examinado à exaustão, o que, em sua opinião, nunca aconteceu.

– Confesso que me sinto enganado pelo governo, pois confiei na promessa de que haveria investigação – disse.

## Houve prisão arbitrária em Boca do Acre, afirma Sibá

Integrante da comissão de senadores encarregada de ouvir envolvidos no episódio que levou à prisão de pessoas em Boca do Acre (AM), o senador Sibá Machado (PT-AC) informou ontem ao Plenário estar convencido de que “houve prisões arbitrárias” na cidade e que o delegado da Polícia Federal enviado à região “cometeu excessos”. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) também esteve em Boca do Acre ouvindo pessoas envolvidas em quebra-quebra e incêndios.

A cidade teve uma das eleições mais violentas de outubro último. O problema surgiu

quando a Justiça Eleitoral cancelou o registro de um dos candidatos a prefeito e anulou o resultado da eleição. Inconformados com a decisão, partidários tentaram incendiar o fórum da cidade e a prefeitura. Nova eleição está marcada para o dia 5 de dezembro.

Sibá Machado informou que os presos foram libertados somente ontem. Apenas duas pessoas, que não figuravam na lista inicial de presos, continuam na cadeia. O senador pediu ao ministro da Justiça que envie outros policiais federais para dar segurança às novas eleições.



**EXCESSOS** Pessoas foram mantidas na cadeia por um mês sem as provas devidas, denuncia Sibá Machado

Sibá Machado sustentou que “cidadãos foram presos sem que houvesse fundamentação necessária”. Além disso, ficaram na cadeia por quase um mês “sem que nenhuma prova material de conduta ilícita fosse apresentada”.

## ACM quer aumentar idade de aposentadoria compulsória no STF

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – foto – solicitou ontem aos titulares da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que acolham emenda à proposta de reforma do Judiciário elevando de 70 para 75 anos de idade o limite para a aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

– O Senado não pode recusar uma emenda como essa. Estou falando até em causa própria. Eu não poderia ser ministro do STF, embora me julgue capaz – disse.

O senador ainda observou

que, mantido o limite dos 70 anos de idade, em breve o presidente da República terá que refazer todo o Supremo Tribunal Federal, porque os ministros serão obrigados a se aposentar. Ele lembrou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, caso

queira, poderia se candidatar novamente à Presidência da República, mas não poderia ser indicado para o STF por causa da idade.

Antonio Carlos acrescentou que exames médicos atestariam as condições de os ministros continuarem no cargo.





**AMPARO** Eduardo agradece apoio recebido do presidente do Senado, José Sarney, e dos colegas senadores

## Pai de Eduardo continua internado, mas passa bem

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) informou ao Plenário que seu pai, o ex-governador do Tocantins Siqueira Campos, continua internado na unidade de Oncologia do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, mas passa bem, e agradeceu ao presidente do Senado, José Sarney, e aos demais senadores o apoio recebido. Eduardo afirmou que nos últimos dias uma onda de boatos dava conta de que o ex-governador havia falecido.

– Foi o período mais difícil da minha vida política, momentos terríveis, mas felizmente contei com o apoio do presidente José Sarney, de colegas senadores e da minha família. Pela primeira vez, meu pai não votou em uma eleição, em 40 anos de vida pública, mas graças a Deus ele vem se recuperando satisfatoriamente – disse ele.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ressaltou que a torcida pela recuperação de Siqueira Campos não é só do filho Eduardo, mas do Congresso Nacional e de todos os cidadãos do Tocantins.

O senador João Ribeiro (PFL-TO) afirmou, também em aparte, que ele e sua mulher têmorado diariamente pela recuperação de Siqueira Campos.

# Papaléo cobra aplicação de recursos do Orçamento

■ Senador lamenta que tenham sido utilizados apenas 12,2% do total previsto para este ano

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) lamentou que, de janeiro a setembro, o governo federal tenha utilizado apenas R\$ 1,5 bilhão das dotações autorizadas para investimentos dos órgãos do Executivo. Esse valor representa 12,2% do total de R\$ 12,3 bilhões previstos no Orçamento da União.

Em discurso ontem, Papaléo acentuou que as despesas previstas para 2004 na lei orçamentária somam R\$ 1,47 trilhões, sendo mais da metade – R\$ 860 bilhões – destinada ao serviço da dívida.

– Por isso mesmo, o mínimo que se espera do governo é que gaste integralmente, e ao longo de todo o ano, os recursos disponíveis. Não gastar o pouco que se tem é verdadeiro



**PREJUÍZOS** "Não gastar o pouco que se tem é verdadeiro crime de lesa-pátria", afirma Papaléo

crime de lesa-pátria – afirmou o parlamentar, após lembrar que os gastos, quando são feitos, se concentram no fim do ano.

O senador pediu um "debate exaustivo" sobre o projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que torna obrigatória a execução do Orçamento aprovado no Congresso (PEC 22/00). A proposta, que está pronta para votação em primeiro turno, tem parecer favorável da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Papaléo Paes citou dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (Siafi), segundo os quais nove dos 26 ministérios registraram execução inferior a 10% dos investimentos previstos. Outros 13 órgãos federais executaram entre 10% e 20%.

A situação é ainda pior, acrescentou, com relação às emendas parlamentares. Dos R\$ 610 milhões do Orçamento não vinculados ao pagamento da dívida, apenas R\$ 6,1 bilhões – 1% dos recursos disponíveis – referem-se às emendas dos parlamentares. Desses, foi autorizado o pagamento de R\$ 5,2 bilhões, mas resultaram efetivamente pagos apenas R\$ 266 milhões. Para o senador, isso frustra "a expectativa de parcela significativa da sociedade, que, por intermédio de deputados e senadores, conseguiu incluir no Orçamento ações com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida".

## Virgílio espera que Flexa Ribeiro esclareça acusações

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse esperar que o suplente do senador Duciomar Costa (PTB-PA), prefeito eleito de Belém, o empresário Fernando Flexa Ribeiro, saia "sem mácula" do episódio que culminou com sua prisão. O empresário foi preso ontem, por determinação da Justiça Federal, acusado de envolvimento na "Operação Pororoca".

O líder do PSDB afirmou que, tão logo soube da prisão de Flexa Ribeiro – que, filiado ao PSDB, deve tomar posse como senador em 1º de janeiro

–, procurou a Polícia Federal, recebendo explicações do diretor executivo, delegado Zulmar Pimentel. As prisões foram resultado de operação que durou dois anos, e entre os presos está o ex-senador Sebastião Rocha.

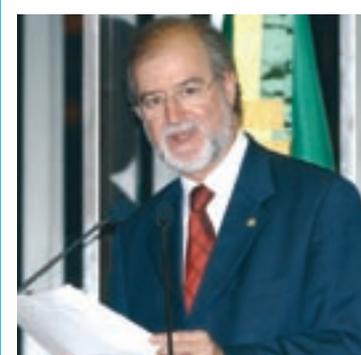
As investigações se concentram na Comissão de Licitação do município de Santana (AP). Estima-se que R\$ 103 milhões foram desviados. Os detidos são acusados de corrupção passiva e ativa, formação de quadrilha e tráfico de influência, entre outros crimes.

Virgílio afirmou considerar a



**APOIO** Virgílio deseja que suplente de Duciomar saia "sem mácula" de episódio que levou a sua prisão

operação salutar para o país, já que visa punir atos de corrupção, mas disse que não poderia deixar de dar um depoimento pessoal sobre Flexa Ribeiro, "um homem sereno e apreciável", sobre o qual jamais viu pesar qualquer acusação.



**DENÚNCIA** Escolas das entidades são discriminadas no repasse de verbas, relata Eduardo Azeredo

## Azeredo apóia reivindicação de recursos das Apaes

Em meio à celebração dos 50 anos das associações de pais e amigos dos excepcionais (Apaes), as entidades reivindicam maior assistência do poder público na manutenção de suas escolas especiais. Segundo manifesto da Federação Nacional das Apaes, levado a Plenário pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), essas unidades de ensino, que atendem cerca de 230 mil pessoas com deficiência mental no país, estão sendo alvo de "discriminação e desrespeito" na concessão de verbas públicas.

A postura denunciada pela Federação Nacional das Apaes teria amparo na regulamentação da Lei 10.845/04, que instituiu o Programa de Contemplação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência (Paed). Enquanto essa norma prevê o repasse anual de R\$ 33,50 por aluno atendido nas escolas especiais das Apaes, os estudantes da rede oficial de ensino recebem, por meio do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), uma remuneração anual que varia entre R\$ 537,71 e R\$ 564,60 por aluno.



## Efraim condena motivação política em investigações sobre tortura

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) – foto – condenou ontem as investigações sobre atos da ditadura militar que sirvam para "extrair conflitos e gerar crises". O parlamentar defendeu investigações com o objetivo de "recuperar a história", o que não seria o caso da

recente publicação de fotos em que um preso político aparece nu em uma cela do aparelho de repressão do regime que governou o Brasil entre abril de 1964 e dezembro de 1984.

Segundo o senador, a imprensa tem atribuído à publicação dessas fotos o fator

decisivo para o pedido de demissão do ministro da Defesa, José Viegas, aceito ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Efraim, a morte de Vladimir Herzog foi "um dos episódios mais lamentáveis da história política do país", que

resultou na demissão do então comandante do II Exército general Ednardo d'Ávila Melo e acabou sendo o estopim para o fim do regime de exceção.

– Não foi uma tragédia impune, ainda que não se tenha chegado aos carrascos que imolaram Herzog – afirmou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Paulo Paim, Demostenes Torres e Augusto Botelho